

Segundo governo Dilma: crise, fim de ciclo petista e as perspectivas da esquerda.

Gonzalo Adrián Rojas¹

Professor da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

1.A análise marxista das classes sociais para entender as conjunturas

Uma análise marxista das classes sociais, suas frações e sua relação com as representações políticas, tem como ponto de partida de uma longa tradição o XVIII Brumário de Luis Bonaparte de Karl Marx. Neste trabalho, escrito entre dezembro de 1851 e janeiro de 1852, o fundador do socialismo científico realiza uma análise de conjuntura na França contrarrevolucionária no marco do processo político imediatamente posterior a derrota da classe operária nas revoluções que durante dois anos (1848-1850) de forma desigual comoveram Europa em geral.

Nesta perspectiva considero importante para poder realizar uma análise da conjuntura pós-eleitoral no Brasil de 2014 tentar entender a separação analítica entre economia e política mas sempre considerando sua unidade no marco de uma totalidade, devendo ter em consideração os interesses materiais e os conflitos, as classes y fracciones de classes e as mediações com que estas expressam a representação de seus interesses econômicos no plano político, a través de partidos políticos e candidaturas. Consideramos que as relações entre economia e política são complexas, não automáticas, assim evitamos cair em interpretações “economicistas”, que tentam explicar todo só com categorias econômicas ou “politicistas”, que façam o próprio só a partir de categorias políticas. Repetimos resgatamos o ponto de vista da totalidade.

O capitalismo é um modo de produção onde a dominação burguesa no plano das relações de produção, a economia, precisa de uma região “autônoma” em termos relativos, a política onde o Estado deve garantir diariamente a reprodução ampliada do capital. Os capitalistas precisam do Estado burguês, para reproduzir a sociedade burguesa, mas este pode conviver com diferentes regimes políticos, como afirmava Rosa Luxemburg, desde uma monarquia absoluta até uma república democrática nos limites da ordem burguês, esses regimes dependem das relações de força entre as classes em conflito na sociedade, si bem sempre são regímenes políticos do estado burguês. Independentemente que qualquer conquista democrática nos marcos do regime burguês

¹ Professor da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e coordenador de Práxis. Grupo de Pesquisa sobre Estado e Luta de Classes na América Latina.

é consequência da luta de classes de movimento operário e potenciais aliados a república “democrática” vai além de ser um campo neutro no qual as principais frações neste caso da burguesia brasileira podem conviver com igualdade de direitos também é condição onde seu interesse particular pode aparecer como o interesse geral da sociedade para someter as demais frações burguesas e logicamente a classe operária e demais setores subalternos da sociedade.

2. Brasil 2014: fim de ciclo petista e vitória piririca de Dilma (PT) sobre Aécio (PSDB)

Em duas matérias anteriores, uma escrita nos primeiros dias de setembro de 2014 “Fim do ciclo petista, as esquerdas no processo eleitoral e sua construção política“ <http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2014/09/Gonzalo-Rojas-dossie.pdf> e <http://revistalutadeclasses.org/?p=359#sthash.3e1eXu7p.dpbs> e outra escrita o dia anterior ao segundo turno da eleição presidencial no final de outubro “Fim de ciclo petista e a esquerda no segundo turno eleitoral no Brasil. Uma resposta a Atilio Boron” <http://revistalutadeclasses.org/?p=690#sthash.upUmAU0x.dpbs>, apresentamos como hipótese: que independentemente do que aconteça eleitoralmente o que está em crise é justamente o projeto democrático-popular e as bases de reprodução do projeto petista.

Quando falamos de fim de ciclo inicialmente nós estamos referindo a quatro elementos:

1) A fórmula petista originária da construção de um partido não leninista nem socialdemocrata, com a incorporação de interpretações parciais de Gramsci e Rosa Luxemburg, interpretações democratizantes e não revolucionárias, na tentativa de uma democratização sem ruptura do Estado no marco de um programa democrático popular, se esgotou nos limites nos limites estruturais das possibilidades de ação política nos marcos do Estado burguês e da governabilidade.

2) As bases sociais de reprodução do petismo em geral e do lulismo em particular, incluindo nele também ao governo Dilma estão abaladas. Durante os anos 2003-2008 Brasil e todos os países, sempre com especificidades segundo cada formação econômico social concreta, tiveram um crescimento econômico relativamente homogêneo, coisa que acaba com a crise capitalista do ano 2008. Si bem os impactos da crise se manifestam de forma diferenciada em termos geográficos e temporais e inegável que no último período a crise impactou no Brasil. Estes movimentos na

estrutura abalaram as bases sociais da mencionada reprodução. Isto nos permite explicar em grande medida duas questões, entre outras que apareceram nas eleições: a dificuldade do Partido dos Trabalhadores (PT) de manter seus patamares históricos em termos de votação e seu afundamento como força política no Estado de São Paulo, centralmente em seus bastiões operários fundacionais.

3) A subestimação do impacto eleitoral das jornadas de junho de 2013 e sua pauta progressiva que não foi resolvida, que continua em aberto. O PT em junho de 2013 perdeu o monopólio das ruas. Em cidades onde se realizaram importantes mobilizações setores juvenis, depois de 12 anos de governos petistas, frente a pautas não atendidas, simplesmente votaram contra o PT na perspectiva de uma alternância, o que desgastou sua base eleitoral.

4) A recomposição das lutas da classe trabalhadora no Brasil, com greves como as dos garis em Rio de Janeiro e outras cidades, a dos rodoviários em Porto Alegre, superando a suas direções, a dos trabalhadores do metrô em São Paulo e as das universidades estaduais paulistas, destacando a vitória do movimento grevista da Universidade de São Paulo (USP), entre outras. As direções sindicais governistas estão sendo fortemente questionadas nas lutas concretas, o que dificulta o papel assumido pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) nos últimos anos como contenção e distorção das lutas entre os trabalhadores para a defesa da política dos governos petistas no interior da classe trabalhadora.

Desta forma tentamos explicar a pequena diferença de votos entre Dilma Rousseff (PT) e Aécio Neves (PSDB).

3.Uma falsa polaridade entre dois blocos burgueses.

Uma análise marxista das relações entre as classes sociais, suas frações e sua unidade e contradições não fundamentais no interior do bloco no poder nos governos petistas, nos permite entender o que expressaram estas candidaturas presidenciais.

Os governos petistas, expressaram um ascenso da fração da grande burguesia interna brasileira, um “empoderamento” desta no interior do bloco no poder, mas no marco de uma hegemonia do capital financeiro, neoliberal. Entendemos que existiu uma mudança relativa no interior do modelo neoliberal mais não foi superado por um ilusório “neodesenvolvimentismo”. Dilma, o PT, o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e os partidos políticos aliados constituem um bloco burguês que expressão

isso, esta grande burguesia interna num país semi-colonial, que depende do processo de divisão internacional do trabalho dominado pelo capital internacional, mas acumula no interior formação econômico-social de seu país.

Pela sua vez, Aécio Neves, o PSDB e seus partidos aliados, expressam outro bloco burguês, sempre no interior do mesmo bloco no poder, o da grande burguesia compradora, a fração burguesa mais internacionalizada e abertamente imperialista que pretende aprofundar ainda mais a hegemonia do capital financeiro e um alienamento sem sequer alguma mediação discursiva com o imperialismo norte americano.

Do ponto de vista político a eleição implica um triunfo do bloco liderado pelo PT, representante dos interesses da fração da grande burguesia interna, mas no marco de uma diminuição de seu peso eleitoral e com um crescimento eleitoral significativo do bloco político liderado pelo PSDB, o que representa a fração da grande burguesia compradora. Sendo que as duas fazem parte do mesmo bloco no poder, o equilíbrio maior em termos eleitorais entre estes dois blocos faz que imediatamente depois das eleições a presidente Dilma Roussef tomar medidas como o aumento da taxa de juros e o anuncio um economista neoliberal ortodoxo, Joaquim Levy, no Ministério de Fazenda, como ‘sinais’ aos mercados que o próximo ano será de ajustes para a classe trabalhadora.

Podemos incorporar dois elementos mais.

O primeiro elemento é que a crise política que acontece no Brasil, faz parte de um fenômeno político mais geral na América Latina que poderíamos chamar de início do fim do ciclo de um conjunto heterogêneo de governos burgueses que se apresentavam com alguns elementos discursivos, em maior ou em menor medida, como críticos do neoliberalismo, sejam em versões autodenominadas “neodesenvolvimentistas”, como nos casos de Brasil e de Argentina, ou “nacionalistas”, como nos casos da Venezuela, Bolívia ou Equador e podemos também incluir a Uruguai e a Chile. Essa é uma tendência geral, independentemente de seu triunfo eleitoral, reconhecendo que cada um desses governos tem especificidades, expressadas pela particular relação entre as alianças de classes e frações de classes no bloco no poder em suas respectivas formações econômico-sociais, mas uma das características comuns destes fins de ciclos que podemos encontrar são realizar algumas encenações a “esquerda” para fortalecer suas alianças e políticas a direita.

O segundo elemento merece um parágrafo aparte, e é a questão da Petrobras e os esquemas de corrupção que a envolvem. Se bem que a Petrobrás é uma sociedade

anônima de capital aberto – onde o acionista maioritário é o Estado –, na verdade, é uma empresa mista, não apenas estatal, que expressa uma forma de se relacionar das empresas da burguesia interna brasileira com o Estado e os partidos políticos. O apoio do PT e outros partidos a essas empresas a través da Petrobrás pode ver se como complementar de sua política de apoio à internacionalização das empresas brasileiras a partir do BNDES. Esse apoio desde o Estado às empresas tem sua contrapartida no apoio destas aos partidos através do financiamento das campanhas eleitorais. Mas isto não é uma questão conjuntural, é a forma de se relacionar da burguesia interna de um país semicolonial com o Estado e os partidos. O que o governo e os governistas chamam de “neodesenvolvimentismo”, no sonho de um utópico desenvolvimento capitalista autônomo, se mostrou incapaz de superar os limites do neoliberalismo e a hegemonia do capital financeiro e pelo contrário reprimarizou a economia. Mesmo sabendo que não existe capitalismo sem corrupção, não é possível naturalizar estas situações, é importante entender a corrupção como uma questão democrática, reafirmando que sua existência não é de interesse para a da classe trabalhadora. Frente a esta situação fica claro que a “solução” não é aprofundar as privatizações que já existem sob os governos petistas, senão encontrar alguma forma para que a empresa seja controlada pelos trabalhadores e a população.

4.Os partidos de “pseudo-esquerda” e de esquerda nas eleições 2014

4.1As forças políticas governistas e o apoio “crítico” do marxismo acadêmico

A crise do projeto democrático popular em termos programáticos atinge ao Partido dos Trabalhadores (PT), mas também ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB), hoje um partido abertamente fisiológico e a Consulta Popular (CP), em síntese ao conjunto das organizações governistas.

O PT, como já foi analisado acima, triunfa nacionalmente por escassa margem, com os votos do nordeste e se afundou em São Paulo, nas grandes concentrações operárias.

O PCdoB, um partido de matriz estalinista-maoísta antes e pró-albanês depois, hoje é um defensor do desenvolvimento capitalista fazendo parte de um governo neoliberal. Podemos destacar que obteve em aliança com o PSDB um triunfo nas eleições de governador no estado de Maranhão (MA) frente ao candidato da família Sarney (PMDB) apoiado incondicionalmente pelo PT. O governador eleito pelo PCdoB,

Flavio Dino, afirmou em entrevista à *Folha de S. Paulo* (04/11/2014), depois de eleito que realizará uma revolução democrático-burguesa em Maranhão formulando a ideia de comunismo para esta organização: um nome bonito desprestigiado frente algumas pessoas que leva a ideia etimológica de comunhão, comunidade, comum, de coisas boas. Não surpreende sua defesa dos empresários como sujeitos políticos nessa revolução democrático-burguesa e ao negar o comunismo nos termos do socialismo científico, não dizer palavra alguma sobre o questionamento da propriedade privada burguesa. <http://www1.folha.uol.com.br/poder/poderepolitica/2014/11/1542776-poder-e-politica-flavio-dino-maranhao-pc-do-b.shtml>

A Consulta Popular (CP) focou sua intervenção política antes e depois das eleições no apoio incondicional a Dilma e na realização de um plebiscito sobre a reforma política. A ideia de reforma política foi a forma que durante a crise política de junho de 2013, Dilma acenou, na clara tentativa de institucionalizar o movimento. O objetivo dessa reforma política com o qual a aliança governista hegemônica pelo PT sequer concorda na sua maioria foi também aceita em geral pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e movimentos sociais e pastorais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Via Campesina (VC). As eleições não mudaram o caráter desta reforma política. Assim como em seu momento Dilma e do PT tinham, um objetivo estratégico, a mencionada institucionalização das heterogêneas demandas de junho de 2013 e um caráter claramente conservador e de seleção e distorção de parte dessas demandas para sua dissolução na lógica institucional, hoje é uma tentativa de blindar ao governo das críticas por esquerda jogando a responsabilidade de suas políticas abertamente direitistas ao sistema político. Continuamos considerando que a ideia do plebiscito tem que ser rejeitada pela esquerda sem vacilações, logicamente que com argumentos próprios e de forma independente das frações burguesas e seus jornais e revistas que também conjunturalmente pudessem ser contrários. Afirmar o anterior, não significa de forma alguma que os trabalhadores devem aceitar passivamente este sistema político, criticado nas ruas em junho de 2013, nem que devem deixar de criticar a esta casta de políticos e seus privilégios lutando de forma independente.

Em relação as forças governistas, temos um acréscimo importante conseguido na eleição de Dilma, ela conseguiu o apoio político de uma parte importante da intelectualidade marxista brasileira, o marxismo acadêmico. Isto é a expressão da separação entre teoria e práxis gerada pela própria universidade, que elabora um

complexo marxismo acadêmico em termos teóricos mas em geral por fora das práxis nos principais momentos da luta de classes no Brasil. Isto muitas vezes leva a análises impressionistas, subjetivistas e empiristas. Destaco este tema porque merece um artigo em particular. Este adesismo de setores de esquerda a candidatura de Dilma, significou um retrocesso de cara as lutas de classes que virão, já que foi uma opção nos fatos acrítica independentemente dos discursos, que deu um maior fortalecimento e “legitimidade” de uma das alternativas burguesas, sem nenhum apelo programático e organizativo.

4.2 Os partidos políticos de esquerda

O descontentamento expressado pelas manifestações de junho de 2013, quase não foi capitalizado pelas organizações da esquerda eleitoral. Si alguém capitalizou um pouco no final do primeiro turno das eleições por esquerda foi minimamente o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) com a candidatura de Luciana Genro, integrante do Movimento de Esquerda Socialista (MES). Na interna do PSOL podemos dividir em geral suas linhas internas partidárias centralmente em dois grupos: aqueles que defendem um programa democrático-popular, do qual faz parte o MES e aqueles que defendem um programa socialista, mas que acabam se subordinando ao primeiro grupo que é em geral o quem tem os mandados legislativos e que dão a importa ao partido sem preocupações pela sua estrutura interna. O PSOL é construído dessa forma, assim como antes das eleições sua política foi escolher primeiro os candidatos para depois discutir o programa subordinando a intervenção eleitoral a qualquer lógica partidária, depois do primeiro turno aconteceu o mesmo, as principais referências parlamentarias se apresaram a chamar a votar a Dilma antes de qualquer discussão e posição partidária e posteriormente o Partido toma a decisão política de defender um voto contra Aécio Neves, o que significava evitar qualquer discussão interna. Independentemente disto si algum grupo da esquerda eleitoral saiu beneficiado foi o PSOL em particular o MES dirigido por Luciana Genro, da mesma forma que seu frente de massas na juventude “Juntos” mostrou ter certo crescimento e reflexos políticos no último período.

O Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), também direção maioritária da Central Sindical e Popular CSP-Conlutas, é a corrente trotskista mais importante de Brasil e pertence a matriz “morenista” do trotskismo em referência a Nahuel Moreno. Foi o único partido que no terreno eleitoral apresentou uma candidatura presidencial autônoma dos governos, dos patrões e do Estado. Em outros

níveis alternou essa apresentação independente com alianças com o PSOL, um partido pragmático que por exemplo: não tem problemas em receber dinheiro de empresas para financiar sua campanha eleitoral. Minha orientação no primeiro turno, em termos táticos, na ausência de outra alternativa eleitoral independente dos trabalhadores, foi destacar a importância de realizar um voto crítico no PSTU, mas apenas nos locais em que esse partido se apresentou eleitoralmente de forma independente do PSOL e votar nulo nos demais casos. Na verdade, não é segredo para nenhum que essa foi a posição política da Liga Estratégia Revolucionária – Quarta Internacional (LER-QI) de Brasil, integrante da Fração Trotskista – Quarta Internacional (FT-QI).

Falado isto, na minha compreensão o PSTU sai abalado das eleições. Isso não seria grave em si mesmo, já que estamos falando de um terreno tático para os revolucionários, mas acontece que depois das mobilizações de massas de junho de 2013 e a onda de greves de maio de 2014, não consegui capitalizar parcialmente este descontentamento. Brevemente apresentaria quatro questões provisórias que deveriam ser mais e melhor desenvolvidas:

1) A dificuldade em realizar uma intervenção ofensiva na luta de classes que permita relacionar os problemas concretos das massas com a questão eleitoral;

2) Uma preocupação e energia permanente de se desvincular de setores a sua “esquerda” nas lutas; comportando-se como si não entenderam que foram fenômenos produto da situação política aberta em junho - mobilizações juvenis de massas depois de anos de despolitização tucano-petista- com os que deve realizar-se um debate político crítico acerca das estratégias e

3) Um estancamento eleitoral;

O Partido Comunista Brasileiro (PCB) realizou uma campanha eleitoral bastante abstrata em defesa do poder popular e de uma difusa democracia direta no primeiro turno eleitoral, se bem não fez parte do bloco de apoio a Dilma, no plano internacional defende a política de alianças com governos nacionalistas. No segundo turno chamou a votar nulo, mas parte de sua base e muitos membros orgânicos do partido acabaram rejeitando a posição partidária e votando a Dilma. É uma limitação manter uma linha política anticapitalista em alguns países e de aliança com a burguesia em outros.

O Partido da Causa Operária (PCO), outro partido trotskista, que a partir do julgamento do “mensalão petista”, das jornadas de junho de 2013 e as mobilizações contra a Copa do mundo, se transformou em defensor de vários aspectos do discurso do PT e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), tentando deslegitimar a crítica de

esquerda ao governo com a afirmação petista de “fazer o jogo a direita”. A situação se agravou no segundo turno eleitoral e depois da eleição onde afirma que as engrenagens do mecanismo do golpe de Estado indicam que o processo golpista está muito avançado e que os preparativos se aceleram: <http://ruicpimenta.com/2014/11/21/as-engrenagens-do-golpe-de-estado-estao-sendo-colocadas-no-lugar/>

O Partido Operário Revolucionário (POR) – Massas, partido de matriz trotskista lorista (fazendo referência a seu fundador o dirigente trotskista boliviano Guillermo Lora), realizou nas eleições uma crítica geral ao capitalismo e ao regime desde uma posição independente e programática focando sua ação na luta de classes. Chamou a votar nulo tanto no primeiro turno eleitoral como no segundo. Neste a posição de voto nulo foi compartilhada também pelo PCB, o PSTU e a LER-QI, frente a todas as pressões governistas, do Estado, de petistas e neopetistas de realizar um voto pelo menos ruim, defendo o bloco político de Dilma.

Em termos eleitorais as posições políticas da LER-QI, já foram explicitadas acima. Podemos acrescentar que é uma organização trotskista, irmã do Partido de los Trabajadores Socialistas (PTS), integrante da Frente de Izquierda y de los Trabajadores (FIT) de Argentina, sendo as duas organizações integrantes da Fração Trotskista – Quarta Internacional (FT-QI).

Mantendo a iniciativa política depois das eleições organizou o Primeiro Encontro Nacional de Nossa Classe, no dia 15 de novembro em São Paulo (SP) que reuniu trabalhadores de diferentes categorias que estiveram em luta no último período no Brasil: trabalhadores das universidades estaduais paulistas (USP, UNESP, UNICAMP) metroviários, carteiros de Cotia em esse momento em greve, professores da rede pública dos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, bancários de São Paulo e Petroleiros de Rio de Janeiro entre outros. Tive condições de participar. O objetivo foi a partir da análise da conjuntura e depois de um balance das últimas greves, tentar construir uma corrente nacional que tenha como eixo a intervenção na luta de classes, na medida que se supera a tradição corporativa do sindicalismo brasileiro, tentando na linha do sindicalismo de base de Argentina, construir uma tradição classista que politize e retome os sindicatos para a luta sem praticas burocráticas e rotineiras, contra os patrões, os governos e os estados. Como conclusão destas análises expressam que é preciso construir um novo partido revolucionário no Brasil, com o qual concordo e reforçarei na última parte deste artigo.

5. Uma "onda conservadora" no Brasil?

Durante e depois da campanha eleitoral os governistas instalaram a ideia que vivemos uma onda conservadora no Brasil. Sobre este tema tenho duas hipóteses. A primeira é que sem ascenso das lutas da classe operária e o povo pobre não existem condições objetivas para uma onda conservadora com base de massas no Brasil. A segunda é que agitar o fantasma da direita foi uma peça central na estratégia da campanha eleitoral do PT com um sentido duplo: no primeiro lugar ocultar que eles e seus aliados políticos (Collor de Melo, Sarney, Katia Abreu, Maluf entre outros) e empresariais são a direita também e no segundo lugar conseguir um adesismo acrítico de setores que poderiam ser diferenças políticas com o governo ou com alguns dos aspectos destas. Grande parte da intelectualidade acadêmica marxista, acreditou e acredita no discurso petista, respondendo ao este apelo em nome do menos ruim e a ofensiva da direita ou ultradireita.

As mobilizações de junho de 2013, foram heterogêneas, mas tinham uma pauta que poderíamos chamar progressiva, exigia uma melhoria urgente nos serviços públicos: transporte, saúde, educação entre outras, que não foram atendidas, o que coloca a Brasil em uma situação de crise política não resolvida. Essa pauta esteve ausente durante a campanha eleitoral, em termos de esquerda poderia haver sido formulada com propostas transitórias que lhe permitiriam dialogar de forma real com as reivindicações mais sentidas da classe trabalhadora, o povo pobre e a juventude, na medida que se fortalece a luta anticapitalista, apontando para a linha política de que todos os serviços públicos devem ser expropriados e estatizados sem indenização, sob o controle dos trabalhadores e usuários. Foi uma oportunidade perdida em termos eleitorais que como afirmei antes foi capitalizado pelo minimamente pela direita do PSOL o MES. As mobilizações significaram uma crítica ao conjunto do sistema político no seu conjunto é o PT ignorou o que acabou prejudicando seu desempenho eleitoral. No Brasil de hoje estivemos frente a uma eleição nos termos de uma democracia liberal e se bem no último período tivemos as mencionadas manifestações de junho de 2013, um aumento das greves dos trabalhadores e várias destas superaram as direções burocráticas e conseguiram alguns triunfos, não estamos frente a uma situação pré-revolucionária nem insurrecional. As condições do Brasil de hoje, estão muito longe as condições da Alemanha pré-nazista ou da Itália pré-fascista, em Europa, onde estávamos frente a uma ascensão das lutas da classe operária e das massas, na

perspectiva da expansão da revolução russa. O nazismo e o fascismo é a forma contrarrevolucionária que se opõe as possibilidades de revolução. Aécio é um político burguês conservador e neoliberal mas não é fascista e o PSBD não é o partido nazista.

Imaginemos por um momento que fosse certo, que Brasil vivencia uma ofensiva fascista, a conclusão política já não defendida pelos petistas, senão também por parte da intelectualidade marxista como conclusão seria votar a Dilma. Um verdadeiro disparate pretender frear uma ofensiva militante e paraestatal que tem como objetivo destruir as organizações de massas dos trabalhadores com os métodos da democracia liberal. A escola comunista da luta de classes nos ensina que com o fascismo não se dialoga este deve ser combatido. A única chance dos trabalhadores contra o fascismo é a autodefesa de massas. Mas o Brasil de Lula e Dilma não é a Itália dos Conselhos de Fabrica de Gramsci.

Isso não significa que não existiu uma tentativa de organizar setores de direita politicamente, que a composição regional do voto dos dois blocos eleitorais burgueses gerou a possibilidade de explicitar ideias reacionárias a pequenos grupos, mas a discussão é sim isso é um fenômeno de um movimento da estrutura ou uma questão mais conjuntural. Me inclino pela segunda opção, as mobilizações ultradireitistas em defesa da ditadura militar ou pelo impeachment a Dilma reúnem poucas pessoas, são sobredimensionadas pelos governistas para justificar seu apoio a um segundo governo Dilma. Este governo elabora uma estratégia discursiva que em quanto critica a ofensiva da direita organiza com força no governo sua própria direita tentando garantir o adesismo conquistado.

6. Conclusão: as perspectivas e tarefas políticas para os socialistas na conjuntura do novo governo eleito.

Depois deste balance se fortalece a necessidade de construir uma alternativa política geral por parte dos trabalhadores que sirva para sua unificação como classe de forma independente dos patrões, dos governos e do Estado.

É preciso a construção de um novo partido dos trabalhadores revolucionário, em uma perspectiva política socialista revolucionaria que se construa a partir de um balanço crítico da experiência política do PT. Isto não é secundário, já que essa experiência foi e ainda é marcante no conjunto da esquerda brasileira que tem como característica reproduzir as práticas do PT fora do PT, o caso do PSOL é paradigmático, mas não é o

único. Essa esquerda socialista revolucionária, deve se constituir também a partir de um balanço das jornadas de junho de 2013 e tirando as lições das greves do primeiro semestre de 2014, tendo uma intervenção decidida na luta de classes, lutando pela organização política dos trabalhadores e a juventude nos seus locais de trabalho e estudo e através de correntes classistas nos sindicatos, tomando como exemplo as experiências do sindicalismo de base da Argentina. Uma esquerda que realize uma aposta política de construção no movimento operário e na classe trabalhadora nesta nova etapa aberta como faz na Argentina o Partido de los Trabajadores Socialistas (PTS).

Que construa uma visão ofensiva do marxismo no plano teórico, político e cultural e que se articule com umas práxis, que prepare os trabalhadores e a juventude para os novos embates da luta de classes.

Este novo partido dos trabalhadores revolucionários no Brasil deverá ser militante, combativo e internacionalista. No Brasil, na Liga Estratégia Revolucionária - Quarta Internacional (LER-QI) integrante da Fração Trotskista – Quarta Internacional (FT-QI) temos o germe.